Comissão Permanente de Licitação

DISPENSA Nº. 041/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO №.109/2017 DATA: 15/05/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

OBJETO:

Aquisição de tinta de demarcação viária que serão utilizadas para sinalização das ruas, praças e avenidas do Município de Conceição do Coité.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ





Prefeitura Municipal de Conceição do Coité – Bahia

SOLICITAÇÃO DE DESPESA/ PROCESSO ADMINISTRATIVO (SD/PA)

(Data: 08/05	/2017	Número da SD/PA:	/2017
Secretaria Solicitante:	I			
Secretaria Municipal de Adm	iinistração e Pla	nejamento		
Despesa:			•	
1. _X Aquisição de Materi	al	2. Aquisição de Servi	ço	
3.	/Adiantamento	4. _ Outra despesa:		
Especificação do Objeto:			~	s do Município de
Aquisição de tinta de dema	arcação viária o	jue serão utilizadas para sinaliza	ição das ruas, praças e avenida	S GO Midilicipio de
anceição do Coité.				
Justificativa da Despesa;				augnidas a pracas
A aquisição é necessária par	ra atender a Se	cretaria de Administração e Plane	ejamento na sinalização em ruas	, aveilluas e praços
da sede do município de Cor	nceição do Coité	i.		
Prazo da Contratação: 30 dia				
Valor estimado da despesa:		roais o sassanta e seis centavi	ns)	
		um reais e sessenta e seis centavo Funcional Programática/ Elemer	nto de Despesa/Fonte	
a. Disponibilidade Orçamen	taria?	0303.2098.339030-000	_	
1. () Sim 2. () Não		0503.2038.333030 000	(φ^{α})	: 102
b.Valor provisionado?			O	Linde
1. () Sim 2. ()Não			On Aronte	0:0
Autorização do Secretário(a	Assinatura:		Director da contra Director da Contra CRCIBA OZ	1890
Data: 08/05/2017	Assinbluid.	4	As CRCIO	
		Elisangela Az	vedo da S. Oliveira	
			ação e Planejamento	
Ī				
Autorização do Prefeito:				
Data:	Assinatura:			
		Λ :		
		Francisco de Assis A.	2	•
		Prefeite Munici	uos Santos	
		arana munici	Pal	





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ CNPJ 13.843.842/0001-57 - ESTADO DA BAHIA FONE: (075) 3262-5930 FAX: 3262-5932

PRAÇA THEOGNES ANTONIÓ CALIXTO, 58 - CENTRO - CEP: 48.730-000

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº. 084/2017

Ilmº Senhor Prefeito Municipal, FRANCISCO DE ASSIS ALVES DOS SANTOS

Prezado senhor,

Solicitamos de V. Sª autorização para contratação direta por meio de Dispensa de Licitação para o objeto descrito abaixo:

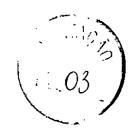
Aquisição de tinta de demarcação viária que serão utilizadas para sinalização das ruas, praças e avenidas do Município de Conceição do Coité.

Item	Descrição	Quantidade
01	Tinta para demarcação viária, balde com 18 litros, atendendo a norma ABNT/NBR 13.731. Cor: branca.	23 baldes
02	Tinta para demarcação viária, balde com 18 litros, atendendo a norma ABNT/NBR 13.731. Cor: amarela.	02 baldes

CONCEIÇÃO DO COITÉ - BA, 15 de maio de 2017.

Atenciosamente,

ELISANGELA AZEVEDO DA S.OLIVEIRA SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



Data: 03/05/2017

Vendedor:

Telefone: (71) 3024-6088

M7 TINTAS

DOCUMENTO A	UXILIAR DE	VENDA	- PEDID	D DE	VENDA		
NÃO É DOCUMENTO FISCAL MERCADO	- NÃO É VÁI RIA - NÃO C					ANTIA DE	
Identific	cação do est	abelecim	ento emit	ente			
Denominação: MARIO HENRIQUE SANTOS GA	CILIN - ME		CI	NPJ:	18.156.981/0	001-26	
	Identificação	do dest	natário				
Nome: CONSUMIDOR FINAL			CN	NPJ/	PF: 18.156.9	81/0001-	26
Nº do documento: 000000012970	Nº do doc	umento	fiscal:				<u>, , , , , , , , , , , , , , , , , , , </u>
Código Descrição	Qtd.	Und.	Valor U	nit.	Desc.	Acre.	Valor total
1094 TINTA DEMARCAÇÃO VIARIA AMARELO 18LT	2,00	UN	499,90	0	199,96	0,00	799,84
1092 TINTA DEMARCAÇÃO VIARIA BRANCO 18LT	23,00	UN	459,0	0	2.111,40	0,00	8.445,60
Observações: Telefone Cliente: 3024 6088							
Endereço do cliente: s/n, s/n s/n Lauro de Freitas	BA						
					Total dos pro	dutos:	11.556,80
Total IPI: 0,00	Acréscim	os:	0,	00	Desc	ontos:	2.311,30
. Total frete: 0,00	Total segu	ro:	0,	00	Total	outras:	0,00
	1					Total:	9.245,44
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		-	-			
					Assina	atura do c	ientė
É veda	da a autentic	ação de	ste docum	ento)		·



À

Prefeitura Municipal de Conceição do Coité - Secretaria de Infraestrutura



ISO 9001

A/C: Sr. Leandro Mota

Ref.: Orçamento

Conforme solicitado segue a cotação com o frete incluso para tinta de demarcação viária,

Item	Descrição	Und.	Quant.	V. Unitário	V. Total
1	Tinta para demarcação viária, balde com 18 litros cada, atendendo a norma ABNT/NBR 13.731 na cor branca.	BD	23	R\$ 304,42	R\$ 7.001,66
2	Tinta para demarcação viária, balde com 18 litros cada, atendendo a norma ABNT/NBR 13.731 na cor amarela.	BD	02	R\$ 315,00	R\$ 630,00
•				Total	R\$ 7.631,66

Total: R\$ 7.631,66 (sete mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos)

Observação:

1- Prazo para saída do material da fábrica: 05 dias úteis

2- Pagamento: 28 dias

Atenciosamente, Cristina (71)3362-0891/9965-3798

Dados da empresa:

NOME: INDUTIL INDUSTRIA DE TINTAS LTDA

ENDEREÇO: Rua Um, 20 - Jd Ottawa. Guarulhos -SP CEP 07230-260

CNPJ: 61.409.355/0001-23

I.E.: 104.243.344.118

Salvador. 03 de maio de 2017.



Rua Um, 220 - Jd. Ot Guarulhos - SP - CEP 07230 tol.: 55 (11) 2799 ! fax: 55 (11) 2799 !

4	Responder	~
---	-----------	---

Exclu	ıir
-------	-----

Lixo eletrônico | Y

· · ·

×

Tinta Demarcação - Jefferson Sena - Feira de Santana Ba.

Jefferson Mascarenhas de Sena < jefferson.sena20@outlook.com>

5

Responder | ∨

Hoje, 11:28

Você ₩

Caixa de Entrada

Feira Tintas Rodrigues e Farias LTDA Rua Juracy Magalhães, 221, Ponto Central, (75) 3030-0064 Feira de Santana - Bahia CNPJ: 13.213.558/0001-05

IE: 21.631.575

Vendedor: Jefferson Sena

Telefone: (75) 99260-0053 /

99975-2142

PRODUTO	QUANTIDADE	UNITÁRIO	SUB.TOTAL
Tinta Demarcação Viária Amarelo (18lit.) conforme a ABNT/NBR - 13731	23	420,00	9.660,00
Tinta Demarcação Viária Branco (18lit.) Iconforme a ABNT/NBR - 13731	,2	420,00	840,00
	•	Total	10.500,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ CNPJ 13.843.842/0001-57 - ESTADO DA BAHIA

FONE: (075) 3262-5930 FAX: 3262-5932

PRAÇA THEOGNES ANTONIO CALIXTO, 58 - CENTRO - CEP: 48.730-000

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº. 084/2017

Conceição do Coité, 15 de maio de 2017.

A Comissão Permanente de Licitação, constituída pela portaria nº. 084, autuou o Processo Administrativo de nº. 109/2017, e sugere a contratação direta por meio da Dispensa nº.041/2017, fundamentada no Artigo 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações da empresa:

Contratado (a):

INDUTIL INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 61.409.355/0001-

Objeto:

Aquisição de tinta de demarcação viária que serão utilizadas para sinalização das ruas, praças e avenidas do Município de Conceição do Coité.

Dotação e reserva orçamentária:

Secretaria de Administração e Planejamento

03.03-2098-339030-000

Valor global estimado:

R\$ 7.631,66 (Sete mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e seis centavos)

Prazo da contratação:

30 (trinta) dias

Iraide Cabral Calado

Presidente da CPL

Membro

Lindinalva Silva-de O. Lima

Membro

Judan Bents Judson Barreto M



PREFEITURA DE GUARULHOS SECRETARIA DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS CERTIDÃO Nº 024673/2017

CERTIFICAMOS que INDUTIL INDUSTRIA DE TINTAS LTDA (), CNPJ: 61.409.355/0001-23, inscrição nº 0248804, estabelecido à RUA UM nº 216, Complemento: não há, Bairro/Loteamento JARDIM CUMBICA Apto Bloco, não possui débitos com o município até a presente data.

Fica ressalvado o direito da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO, na cobrança dos débitos provenientes de tributos, multas e outros que venham a ser apurados, ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos períodos referidos nesta certidão.

Confirmação de autenticidade obrigatória disponível no endereço eletrônico http://financas.guarulhos.sp.gov.br/apex/guarulho/f?p=628:9 através do código abaixo:
SOF08BAAE8CFAD7FF3125E168F89B1007E
Emitida em 19/04/17 - 08:43:44
Prazo de Validade 30(trinta) dias





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INDUTIL INDUSTRIA DE TINTAS LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 61.409.355/0001-23

Certidão nº: 126218398/2017

Expedição: 21/03/2017, às 10:08:11

Validade: 16/09/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que INDUTIL INDUSTRIA DE TINTAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 61.409.355/0001-23, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INDUTIL INDUSTRIA DE TINTAS LTDA

CNPJ: 61.409.355/0001-23

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
- 2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, nos endereços http://www.receita.fazenda.gov.br> ou http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. . Emitida às 09:46:38 do dia 30/11/2016 <hora e data de Brasília>. Válida até 29/05/2017.

Código de controle da certidão: F9DE.AABE.98F3.D3AA Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 61,409,355

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA émitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº

15051723

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão

:03/05/2017 10:54:46

(hora de Brasilia)

Validade

30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br



MIMPRIMIR AVOLTAR 14



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscriçãó:

61409355/0001-23

Razão Social: INDUTIL INDUSTRIA DE TINTAS LTDA

Endereco:

R UM 216 / CUMBICA / GUARULHOS / SP / 7230-235

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/04/2017 a 25/05/2017

Certificação Número: 2017042602364145355079

Informação obtida em 03/05/2017; às 10:52:37.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da www.caixa.gov.br



omprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

c,	REPÚBLICA FEDER ADASTRO NACIONAL		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 61.409.355/0001-23 MATRIZ	COMPROVANTE DI SITUAÇÃO (E INSCRIÇÃO E DE CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/08/1966
NOME EMPRESARIAL INDUTIL INDUSTRIA DE TIN			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOM	ECONÔMICA PRINCIPAL		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADE 20.91-6-00 - Fabricação de a	desivos e selantes		·
22.29-3-99 - Fabricação de a	rtefatos de material plástico par quipamentos para sinalização e	ra outros usos não especific alarme	ados anteriormente
206-2 - SOCIEDADE EMPRES LOGRADOURO R UM	SARIA LIMITADA	NÚMERO COMPLEMENTO	D
CEP BAIRI	RO/DISTRITO DIM OTTAWA	MUNICIPIO GUARULHOS	UF SP
ENDEREÇO ELETRÓNICO CONTABILIDADE2@ERITRA		TELEFONE (11) 3050-8887 / (11) 3050-	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EF.	R)		
ATIVA MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
SITUAÇÃO ESPECIAL		1 [DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 28/06/2016 às 11:40:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA

INDUTIL INDÚSTRÍA DE TINTAS LTDA.

ERITRAM PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA., sociedade limitada com sede à rua Estados Unidos n.º 507, Jardim Paulista, São Paulo – SP, cep.: 01427-000, inscrita no CNPJ sob n.º 01.458.190/0001-58, cujos atos constitutivos foram arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35214007714, aqui representada por seus sócios administradores LUIZ CARLOS MARTIRE, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, industrial, portador da cédula de identidade RG. n.º 2.766.683-SSP-SP e CPF/MF. n.º 006.568.288-20, domiciliado e residente em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Madre Teodora n.º 530, Jardim Paulista, cep.: 01428-010, IVO MARTIRE, brasileiro, viúvo, industrial, portador da cédula de identidade RG. n.º 1.100.950-SSP-SP e CPF/MF. n.º 025.924.368-04, domiciliado e residente em São Paulo, Estado de São Paulo à Rua Guarará n.º 500 apto. 61, Jardim Paulista, cep: 01425-000 e RUBENS PAULO MARTIRE, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, industrial, portador da cédula de identidade RG. n.º 3.178.934-SSP-SP e CPF/MF. n.º 067.032.328-49, domiciliado e residente em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Professora Carolina Ribeiro n.º 30, apto. 61 - Vila Mariana, cep: 04116-020;

HÉLIO ANTÔNIO MOREIRA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade RG. n.º 3.788.677-0-SSP/SP e CPF n.º 218.120.128-53, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Luís dos Santos Cabral n.º 650. apto.81, Jardim Anália Franco, cep. 03337-060;

FRANCISCO MACHADO DA COSTA, português, casado, representante comercial, portador do documento de identidade RG. n.º 2.903.262-SSP/SP e CPF n.º 197.032.288-87, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Joaquim Nabuco n.º 1235, casa n.º 05, Brooklin, cep. 04621-004;

únicos sócios da sociedade limitada denominada INDUTIL INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA, com sede à Rua Arinaia n.º 265, Belenzinho, cep. 03171-040, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob n.º 61.409.355/0001-23 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35202072567, em sessão de 04 de dezembro de 1959, registrada sob o n.º 250.108 e com última alteração consolidada registrado sob o nº 82.352/16-1, em 25/02/16, resolvem, assim, alterar o contrato Social:



A matriz situada na Rua Arimaid, 265, Belenzinho, cen 03171-040, inscrita no CNPJ sob nº 61.409.355/0001-23 e na junta comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35202072567 passa para o seguinte endereço:

Rua Um, nº 216, Jardim Ottawa, cep 07230-235, Guarulhos, SP, também conhecida por Avenida Marginal da Rodovia Presidente Dutra, Km 214,5

A filial situada na Rua Um, nº 216, Jardim Ottawa, cep 07230-235, Guarulhos, SP, também conhecida por Avenida Marginal da Rodovia Presidente Dutra, Km 214,5 – inscrita no CNPJ sob nº 61.409.355/0005-57 e na junta comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35904631388 e Inscrição Estadual nº 796.165.712.119 passa para o seguinte endereço:

Rua Arinaia, 265, Belenzinho, cep 03171-040, São Paulo - SP.

Em razão da modificação acima, passa a cláusula segunda a ter a seguinte redação:

Cláusula 2º - A sociedade tem sede a cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, à Rua Um, nº 216, Jardim Ottawa, cep 07230-235, Guarulhos, SP, também conhecida por Avenida Marginal da Rodovia Presidente Dutra, Km 214,5 e possui a seguinte filial:

1 - Rua Arinaia, 265, Belenzinho, cep 03171-040, São Paulo - SP.

Parágrafo único – A sociedade pode abrir ou fechar filiais, sucursais, agências ou escritórios de representação no país e no exterior, por decisão dos quotistas, observados os dispositivos legais a respeito.

Face às modificações ajustadas, decidem, ainda, consolidar o contrato social, com alteração anterior registrada sob nº 82.352/16-1 como segue abaixo:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA

INDUTIL INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA CNPJ: 61.409.355/0001-23 NIRE 35202072567

DENOMINAÇÃO - DURAÇÃO - SEDE - OBJETO







Clausula 1.º - INDUTIL INDUSTRIA DE TINTAS LIDA é uma sociedade limitada a se reger pelos dispositivos aplicaveis de Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 — Código Civil Brasileiro — e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas — Lei 6404 de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores.

Parágrafo único - O prazo de duração da sociedade é indeterminado

Cláusula 2° - A sociedade tem sede a cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, à Rua Um, n° 216, Jardim Ottawa, cep 07230-235, Guarulhos, SP, também conhecida por Avenida Marginal da Rodovia Presidente Dutra, Km 214,5, e possui a seguinte filial:

1 – Rua Arinaia, 265, Belenzinho, cep 03171-040, São Paulo – SP.

Parágrafo único — A sociedade pode abrir ou fechar filiais, sucursais, agências ou escritórios de representação no país e no exterior, por decisão dos quotistas, observados os dispositivos legais a respeito.

Cláusula 3.º - A sociedade tem por objeto social a industrialização, beneficiamento, comercialização, importação e exportação de tintas em geral, termoplásticos, adesivos, vedantes para juntas, impermeabilizantes, películas, vernizes, produtos e dispositivos de plástico, materiais e produtos para segurança, conservação e sinalização viária e industrial em geral, podendo, ainda, participar do capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

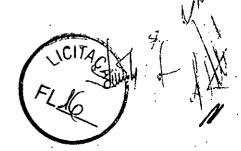
CAPITAL

Cláusula 4.º - O capital social totalmente integralizado é de R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões) divididos em 4.000.000 (quatro milhões) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

Sócios ·	N.º de Quotas	Valor Nominal (R\$)	% do Total
Eritram Participações e	3.080.000	3.080.000	77
Representações Ltda.			•
Hélio Antônio Moreira	460.000	460.000	11.5
Francisco Machado da Costa	460.000	460.000	11,5
Total	4.000.000	4.000.000	100

Parágrafo 1.º - Cada quota dá direito a 01 (um) voto nas deliberações sociais. As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, e não podem ser dadas em garantia.

Parágrafo 2.º - A responsabilidade de cada sócio, nos termos do artigo 1052 do Código Civil, é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



Paragrafo 3.º – Do capital activa, a pareela de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) fica destacado para a filial da Rua Rua Arinala, 265, Belenzinho, cep 03171-040, São Paulo – SP.

Cláusula 5.º - Os sócios terão preferência para a subscrição de quotas em aumentos de capital na proporção das já por eles detidas.

ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 6.º - A gestão da sociedade cabe aos administradores escolhidos pelos sócios neste mesmo instrumento ou aos que o venham a ser em ato em separado, quando assim for julgado conveniente. Os administradores não precisam necessariamente ser sócios.

Parágrafo 1.º - Os administradores poderão assumir a denominação de Diretores, formando a Diretoria da sociedade, a qual funcionará como órgão colegiado, cabendo-lhe as decisões básicas, que deverão estar em conformidade com as diretrizes gerais para a condução dos negócios sociais estabelecidos pelos sócios.

Parágrafo 2.º - Não obstante o caráter colegiado da diretoria, cada diretor terá incumbências específicas e áreas da administração sob sua responsabilidade direta, consoante determinado em reunião de diretoria.

Cláusula 7.º - São nomeados administradores da sociedade os sócios LUIZ CARLOS MARTIRE, IVO MARTIRE e RUBENS PAULO MARTIRE, retro-qualificados, que ocuparão o cargo de Diretores Superintendentes, bem como o sócio HÉLIO ANTÔNIO MOREIRA, retro-qualificado, que será o Diretor Administrativo e Industrial, e o sócio FRANCISCO MACHADO DA COSTA, retro-qualificado, que será o Diretor Comercial.

Parágrafo 1.º - Os administradores, com exceção dos três diretores superintendentes, exercerão seus cargos em regime integral, vedado o exercício de qualquer outra atividade profissional remunerada. Todos os diretores farão jus a uma retirada mensal a título *pro labore*, em valores a serem fixados em reuniões dos sócios.

Parágrafo 2.º - Cabe aos diretores superintendentes a supervisão e a adequação das diretrizes administrativas e operacionais definidas em reuniões dos sócios, incumbindo-lhes, ainda, a solução de eventuais conflitos de competência ou divergências entre as atribuições ou áreas a cargo de cada diretor.

Parágrafo 3.º - As decisões colegiadas da diretoria serão tomadas por maioria simples de votos, permitido o voto por correspondência, inclusive carta, fax, e-mail ou telegrama. Constarão tais decisões de atas sucintas lavradas para cada reunião.

Cláusula 8.ª - A Sociedade será representada pelos Diretores, que assinarão necessariamente em conjunto de 2 (dois), sempre em negócios e atividades condizentes com o objeto social, inclusive assinatura de contratos, operações bancárias, saques, emissão e endosso de duplicatas, cheques, letras de câmbio e notas promissórias, avais, podendo

A

receber e dar quitação, representando-a perante todos os órgãos oficiais e concessionárias de serviços públicos, observada a fessal va confida no parágrafo primeiro.

Parágrafo 1.º - Bastará, entretanto, a assinatura de apenas 1 (um) dos Diretores para a finalidade específica de participação em qualquer modalidade e/ou tipo de licitação pública junto a qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta de qualquer esfera de governo, bem como para todos os atos, documentos e títulos pertinentes ou necessários ao certame licitatório, ou dele decorrentes.

Parágrafo 2.º - Para a constituição de procuradores, que terão poderes específicos, serão necessárias as assinaturas de 2 (dois) diretores, sendo um deles um dos Diretores Superintendentes. Com exceção das procurações ad judicia, as demais terão prazo de validade de um ano.

Parágrafo 3.º - Em casos previstos em ata de reunião da diretoria, poderá a Sociedade representar-se por um diretor assinando em conjunto com um procurador constituído conforme o parágrafo anterior.

Parágrafo 4.º - Nos casos de aquisição, oneração ou alienação de imóveis, e, ainda, de compra e venda de bens móveis de valor superior à R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais), bem como de contratação de empréstimos e financiamentos, será necessária a aprovação prévia, expressa e por escrito de dois sócios detentores da maioria do capital social. Excluise dessa exigência o crédito comercial normal para o giro dos negócios, mediante desconto de efeitos comerciais.

DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula 9.º - Salvo nas hipóteses previstas em lei, em especial o artigo 1076 do Código Civil, as deliberações sociais serão tomadas pelo voto de sócios que representem a maioria do capital social.

Parágrafo único - As deliberações tomadas de conformidade coma Lei e o Contrato Social vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Cláusula 10 - As deliberações sociais serão tomadas em reuniões de sócios, convocadas por qualquer deles, por escrito, ou por meio em que seja assegurado o recebimento, com a antecedência mínima de 3 (três) dias, indicando na convocação as matérias objeto de deliberação. É permitido o voto por correspondência, inclusive carta, fax, e-mail ou telegrama.

Parágrafo 1.º - Os sócios reunir-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as contas da administração, o balanço patrimonial e o resultado econômico, designando o administrador ou os administradores quando for o caso, bem como para tratar de qualquer outro assunto de interesse social constante da ordem do dia.



Parágrafo 2.º - Reuniões extraordinárias, quando assim exigirem os negócios sociais, serão convocadas por quotistas que detenham a maioria do capital social.

Parágrafo 3.º - O comparecimento de todos os sócios e a concordância deles em realizar a reunião, sanam qualquer irregularidade de convocação. Ademais, as reuniões poderão ser dispensadas caso os sócios consignem em Resolução escrita as decisões sobre a matéria constante da respectiva pauta.

Cláusula 11 – A maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, poderá deliberar a exclusão de um ou mais sócios em decisão motivada, mediante a alteração do contrato social, nos termos do artigo 1085 do Código Civil.

Parágrafo único – Será convocada reunião especial para esse fim, ciente o sócio acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa. Efetuado o registro da alteração contratual, o valor dos haveres do sócio excluído será pago conforme previsto na Cláusula 17.

TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cláusula 12 – Nenhum dos sócios poderá vender, ceder ou transferir, no todo ou em parte, as suas quotas a terceiros, sem antes oferecê-las, por escrito, aos demais sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, os quais, em igualdade de condições, terão sempre o direito de preferência à sua aquisição, na proporção de suas participações. Caso algum sócio não exerça o seu direito de preferência, esta passará para os demais sócios, mantido o critério da proporcionalidade.

Parágrafo 1.º - A venda, cessão ou transferência de participação societária a terceiros, dependerá da aprovação de sócios quotistas representando a maioria do capital social.

Parágrafo 2.º - No caso de sócios quotistas majoritários venderem ou transferirem suas quotas a terceiro, os sócios minoritários decidirão se também alienarão as suas quotas a esse terceiro ou se permanecerão na sociedade. Na hipótese de os sócios minoritários optarem por alienar suas quotas ao terceiro, comprometem-se a fazê-lo pelo mesmo valor e condições de pagamento fixados para as quotas dos majoritários.

Parágrafo 3.º - Na hipótese de um ou mais sócios expressarem sua intenção em adquirir somente parte das quotas oferecidas à venda, o sócio que as ofereceu poderá recusar a proposta de aquisição parcial e terá, consequentemente o direito de vender a terceiros todas as quotas oferecidas à venda, por preço não inferior e condições não mais favoráveis daquelas originalmente apresentadas aos sócios, observado sempre o disposto no § 1.º desta Cláusula 12.

FZ 19 June

EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Cláusula 13 – O exercício social coincidirá com o ano civil, tendo início em 1.º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro, ocasião em que se levantarão as demonstrações financeiras. Os lucros terão a destinação indicada em deliberação de sócios que representem a maioria do capital social e os eventuais prejuízos serão acumulados para a compensação com lucros em exercícios futuros.

Parágrafo 1.º - Os sócios participarão nos resultados proporcionalmente às quotas detidas por cada um.

Parágrafo 2.º – A sociedade poderá levantar balanços intermediários, inclusive para fins de distribuição antecipada de lucros.

RESOLUÇÃO PARCIAL

Cláusula 14 – A morte, retirada, interdição, exclusão, falência ou insolvência de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, a menos que estes, de comum acordo, resolvam liquidá-la.

Cláusula 15 - O sócio que pretender retirar-se da sociedade, dará a esta, por escrito, ciência de sua decisão, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Cláusula 16 – No caso de falecimento de qualquer dos sócios, seus herdeiros e cônjuge poderão substituí-lo na sociedade, caso queiram, e desde que não haja oposição de qualquer dos sócios remanescentes: Caso não ocorra, por qualquer motivo, o ingresso dos herdeiros ou do cônjuge do falecido na sociedade, aplicar-se-á a cláusula 17.

Cláusula 17 — Na hipótese de qualquer dos eventos previstos na cláusula 14 — morte, retirada, interdição, exclusão, falência ou insolvência — a apuração dos haveres do sócio, ou de seus herdeiros, será realizada através de um balanço especial, com base no patrimônio líquido da sociedade, levantado na data do evento, e serão pagos a quem de direito em 24 prestações corrigidas monetariamente e anualmente pelo índice IGPM da Fundação Getúlio Vargas, vencendo-se a primeira em 90 (noventa) dias a contar da data do fato.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 18 – A sociedade entrará em liquidação nos casos e pelo modo estabelecido em lei, cabendo aos sócios, por decisão da maioria, escolher o liquidante, o qual poderá ser um dos sócios-quotistas.

Cláusula 19 - As cláusulas do presente contrato social poderão ser livremente alteradas, a qualquer tempo, mediante a deliberação de sócio ou sócios representando a maioria do



capital social, observado o dupriin próprio a cada tipo de decisão, conforme artigo 1076 e demais disposições aplicáveis do Código Civil

Cláusula 20 – Todas questões ou litígios oriundos deste instrumento, que não comportarem solução amigável, inclusive através de mediação; serão resolvidos por meio de arbitragem a ser conduzida por um painel de três árbitros, na Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (CIESP), com obediência ao seu Regulamento, o qual é incorporado a este contrato por referência, inclusive alterações posteriores.

Declaram expressamente os administradores não estarem incursos em condenações ou cominações que lhes vedem o exercício de atividades mercantis, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 1011 do Código Civil

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, para um só fim, juntamente com duas testemunhas a tudo presentes.

São Paulo, 07 de março de 2016.

ERITRAM PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

Representada por seus sócios:

Luiz Carlos Martire

Ivo@Martire

Rubens Paulo Martire

HÉLIO ANTÔNIO MOREIRA

FRANCISCO MACHADO DA COSTA

JUCESP

Testemunhas:

Anisia Renetor

Anisio Beneton RG: n.º 11.554.497-SSP/SP CPF n.º 037.243.028-78 Márcia Aparecida-Alves Gomes RG n.º 15.239.744-9-SSP/SP CPF n.º 053.769.948-13

WOMAN S



Poder Executivo Procuradoria Jurídica



PARECER N. º 496/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 109/2017

EMENTA: DISPENSA - LEGALIDADE

I - RELATÓRIO

)

Trata-se de parecer em derredor da legalidade da contratação da empresa INDUTIL INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA, CNPJ nº 61.409.355/0001-23, objetivando a aquisição de tintas de demarcação viária que serão utilizadas para sinalização das ruas, praças e avenidas do Município de Conceição do Coité, nos termos do art. 24, Il da Lei nº 8.666/93.

Consta no processo administrativo:

- Solicitação de despesa/processo administrativo;
- Cotações de preços;
- Autorização para a contratação;
- Justificativa;
- Documentos constitutivos;
- Certidões comprobantes da regularidade fiscal do fornecedor.

Deve ser ressaltado que a análise da Procuradoria repercute estritamente sobre a apreciação jurídica da contratação, não havendo qualquer opinião sobre o mérito administrativo. Esse é o resumo dos fatos, passamos a nos manifestar.

<u>II – DA FUNDAMENTAÇÃO</u>

Do Procedimento nas Dispensas de Licitações

Consta do processo a indicação do recurso próprio para a despesa e a comprovação da existência da previsão de recursos orçamentários.

Justificado está o pedido de dispensa de valor, nos termos do art. 24, II da Lei n $^{\circ}$ 8666/93, da importância de R\$ 7.631,66 (sete mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e seis centavos).

Com efeito, a regra geral em nosso ordenamento jurídico, atribuída pela Constituição Federal, é a exigência de que a celebração de contratos pela Administração Pública seja precedida de licitação pública (CF, art. 37, XXI).

Existem, entretanto, determinadas situações em que, legitimamente, celebram-se tais contratos sem a realização de licitação prévia, enquadrando-se nas hipóteses de Inexigibilidade e Dispensa de Licitação.

Vale dizer que, instaurar a licitação em caso de dispensa significaria deixar de obter uma proposta ou obtê-la de forma inadequada. Na dispensa, a competição é viável e,

122 / Jun 1



Poder Executivo Procuradoria Jurídica



teoricamente, a licitação poderia ser promovida. Não o é porque, diante das circunstâncias, a Lei reputa que a licitação poderia conduzir à seleção de solução que não seria a melhor, tendo em vista circunstâncias peculiares.

É o que se verifica no caso em tela, uma vez que, a instauração de licitação para o processo em análise, seria inviável economicamente, devido à pequena relevância econômica da contratação, não justificando os gastos com uma licitação comum, temos então a hipótese de Dispensa de Licitação, enquadrando-se no Artigo 24 II, in verbis:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Com efeito, para efetuar contratações através de Dispensa de Licitação com fulcro no inciso II do art. 24, a Administração deve necessariamente observar os seguintes requisitos:

- a) não ter havido outra contratação do mesmo objeto, que somada à nova, ultrapasse o limite previsto no inciso II, art. 24, isto é, R\$ 8.000,00 (oito mil reais);
- b) não se referir a compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
- c) economicidade da Proposta a ser contratada pela Administração;
- d) regularidade jurídica e fiscal da empresa a ser contratada.

Antes de iniciar qualquer contratação com base na dispensa por preço, a Administração, mais precisamente a Secretaria solicitante, deverá verificar se não houve outra(s) contratação(s) com o mesmo objeto, para apurar se o limite previsto no dispositivo legal supracitado não fora ultrapassado, dando a entender que houve fuga da licitação.

Não tendo sido realizada outra contratação com o mesmo objeto da solicitação ou caso o limite para dispensa não tenha sido ultrapassado, a Administração deve verificar, ainda, a economicidade da contratação.

Da Substituição do Contrato por outro Instrumento

O instrumento de contrato é obrigatório nas Concorrências, Tomadas de Preços e nas dispensas e inexigibilidades, cujos preços estejam nos limites destas duas modalidades, sendo facultativo nos demais casos, possibilitando a substituição do contrato administrativo por outro instrumento, a exemplo da Nota de Empenho. Isso porque, neste caso, aplica-se a faculdade contida no art. 62, caput da Lei 8.666/93, que autoriza a substituição do instrumento contratual por outros documentos.

F 23



Poder Executivo Procuradoria Jurídica



Assim, por se tratar de despesa de valor inferior ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecido para licitação na modalidade Convite, se afigura perfeitamente possível a substituição do instrumento contratual pela Nota de Empenho, sendo que esta deverá conter as informações necessárias à execução contratual, de acordo com o art. 62, § 2º, combinado com o art. 55, da Lei 8.666/93, bem como noticiar que se operou a substituição do contrato, nos termos do art. 62 do mesmo diploma legal.

Por fim, embasando-se na documentação acostada no presente Processo Administrativo de responsabilidade da Secretaria requisitante, não se constatou irregularidade capaz de impedir o atendimento da demanda.

<u>III - DA CONCLUSÃO</u>

Pelo exposto, opino que o Processo Administrativo em tela, observadas as recomendações elencadas no corpo deste Parecer, poderá ocorrer com fundamento no art. 24, II da Lei 8666/93, isto é, por Dispensa de Licitação.

Salvo melhor juízo, É o Parecer.

Conceição de Coité/BA, 16 de maio de 2017.

PROCURADORA GERAL





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ CNPJ 13.843.842/0001-57 - ESTADO DA BAHIA

FONE: (075) 3262-5930 FAX: 3262-5932

PRAÇA THEOGNES ANTONIO CALIXTO, 58 - CENTRO - CEP: 48.730-000

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº. 084/2017

Gabinete do Prefeito

DISPENSA no. 041/2017

Processo Administrativo no. 109/2017 **RATIFICAÇÃO**

Reconheço e Ratifico a Dispensa nº 041/2017, fundamentada no Artigo 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações, a contratação da mpresa:

INDUTIL INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 61.409.355/0001-23 - cujo objeto é:

Aquisição de tinta de demarcação viária que serão utilizadas para sinalização das ruas, praças e avenidas do Município de Conceição do Coité.

Dotação e reserva orçamentária:

Secretaria de Administração e Planejamento

03.03-2098-339030-000

Valor:

R\$ 7.631,66 (Sete mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e seis centavos)

Prazo da contratação:

30 (trinta) dias

Conceição do Coité, BA em:

<u> 16 / Maio 12017</u>

Francisco de Assis Alves dos Santos PREFEITO MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua - Pedro Ferreira da Silva, 36 - 1º andar - Centro - Conceição do Coité - Tel. (0xx75) 3262-1328 - CEP. 48.7301000

CNPJ: 13.843.842/0001-57



Prefeitura Municipal de Conceição do Coité

				telefónicas, para atender as necessidades dos órgãos gestores da Prefeitura Municipal de Conceição do Coité/Ha		
PREGÃO PRESENCIAL 0043-2017	0068-2017	8.666/93 10520/13	FRANCISCO JOSE. SILVA FERREIRA ME	Registro de preços para aquisição de forma parcelada de mobiliário e equipamentos, padrão FNDE/MEC, para atender as necessidades da creche do Distrito do Salgadália, do município de Conceição do Coite/Ba.	MENSAL ESTIMADO R\$ *7.969,69	12/05/2017 - 12 MESES
DISPENSA 0039-2017	0101-2017	8666/93 24,11	GIZ DE CERA COMERCIO LTDA	Aquisição de 02 (duas) máquinas copiadoras multifuncionais para atender as demandas da Scuretaria de Finanças.	TOTAL ESTIMADO R\$ •7.600,00	12/05/2017 — IMEDIATO
DISPENSA 0040-2017	0106-2017	8666/93 24,II	VITOR PAULO FREITAS DA SILVA ME	Aquisição de camisas personalizadas com timbre, fabricadas em tecido com proteção solar UV, modelo manga longa, para atender as necessidades dos Agentes de Endemias – ACE.	MENSAL ESTIMADO RS *2.000,00	15/05/2017 3 meses
DISPENSA 0041-2017	0109-2017	8666/93 24,11	INDUTII. INDUSTRIA DE TINTAS LTDA	Aquisição de tintas de demarcação viária que serão utilizadas para sinalização das ruas, praças e avenidas do Municipio de Conceição do Coité.	*7.631,66	16/05/2017 - 30 dins
PREGAO PRESENCIAL 0051-2017	0089-2017	8.666/93 10520/13	JOAO PAULO DA SILVA NASCIMENTO	Registro de preços para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de instalação, limpeza, remoção de sparelhos de ar condicionado, consertos, manulenção e outros serviços em aparelhos de refrigeração.	MENSAL ESTIMADO RS 6.583,00	18/05/2017 - 12 MESES
DISPENSA 0042-2017	6111-2017	8666/93 24,11	LAIANE MOVEIS, ELETROS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA LTDA – ME.	Aquisição de equipamentos e material de consumo para a manutenção dos ações do Ensino Especial.	TOTAL ESTIMADO R\$ *4.827,00	19/05/2017 IMEDIATO
DISPENSA 0046-2017	0118-2017	8666/93 24,II	AGNALDO DE OLIVEIRA	Contratação de profissional de capocim para ministrar cursos de Maculelé, Toque de Berimbau, Capocira Contemporânea e São Bento Grande de Bimba nos dias 19 a 21 de	TOTAL ESTIMADO R\$ *2.415,00	19/05/2017 - INEDIATO



Rua. Theogenes Antônio Calixto | S/N | Bahia | Conceição do Coité-Ba

www.pmconceicaodocoite.ba.ipmbrasil.org.br Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian 7FBC8B29378411C8B153A6A881445014

.